

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE
RELATÓRIO ANUAL DE 2011

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401

CEP: 90.010-140

Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3227.3100

Fax: (51) 3227.3309

Site: www.isbre.com.br

E-mail: isbre@isbre.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Leonir Maria Pizzato Reis - Presidente

Darlan Conte

Itagibe Barbosa Lohmann

Lisiane M. Astarita de Limas

Mauro Rosito D' Avila

Sérgio Darci Inácio

CONSELHO FISCAL

Amilcar Sérgio Mencia - Presidente

Antônio Ervino Hammes

Gilnei Roberto dos Santos Vargas

Ricardo Rizzi

Suplentes

André Andersson Chemale

Francisco Lutero Luehring

Marcone Souza Melo

Odilon Arthur Bremer

DIRETORIA EXECUTIVA

Argus Ruy Guex de Oliveira

Diretor Superintendente e Financeiro

Dante Carlos Schuch

Diretor Administrativo e de Previdência

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório de Administração relativo ao exercício de 2011, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios I e II e o Parecer Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ambiente Macroeconômico e Mercados

Atrás apenas de 2008, o ano de 2011 foi um dos mais desafiadores da última década, com predominância do cenário externo. Diversos fatores contribuíram para uma conjuntura difícil e para a volatilidade e incerteza nos mercados. Dentre estes, podemos citar como mais relevantes o terremoto no Japão, que rompeu cadeias produtivas em nível mundial, a crise política no Oriente Médio (“Primavera Árabe”), com impactos relevantes no preço do petróleo, o debate sobre o teto do endividamento público norte-americano, que trouxe enorme incerteza para os mercados, e a crise da Zona do Euro, que, ao se deslocar dos países periféricos para os países centrais, tais como Espanha e Itália, atingiu um estágio dramático, com perspectivas inclusive de um rompimento do sistema monetário europeu.

Essa sucessão de crises, além de exacerbar a volatilidade dos mercados, deu contornos permanentes a um processo de queda global da atividade econômica que, no início do primeiro semestre, era tido como transitório.

No caso do Brasil, tivemos dois momentos diferentes e praticamente antípodas em 2011. No início do ano, quando se tinha como transitória a redução no ritmo de crescimento da economia mundial, o foco das atenções era a trajetória altista da inflação, o que fez com que o Banco Central mantivesse a política monetária contracionista que vinha perseguindo desde o segundo semestre do ano anterior e que levou a taxa de juros básica de 10,75% a.a. no início do ano até 12,50% ao final do primeiro semestre. A partir de agosto, no entanto, com a percepção de que a crise econômica mundial se agravaria, e preocupado com efeitos deletérios sobre crescimento brasileiro, o Banco Central inverteu o processo e passou a praticar uma política de viés claramente expansionista reduzindo a meta da taxa SELIC para 11,00% a.a.

Embora com prejuízos para o controle da inflação, que fechou o ano no teto da meta (6,5%), mostrou-se acertada a mudança de política do Banco Central, pois realmente houve forte desaceleração da atividade econômica, fazendo com que o Produto Interno Bruto fechasse o ano com variação de 2,7%, ante 7,5% do ano anterior.

Apesar de toda essa instabilidade e da reversão brusca de expectativas no cenário interno, que trouxeram grandes dificuldades para os gestores de investimentos, o desempenho do ISBRE foi bastante satisfatório, na medida em que, mais uma vez, se conseguiu bater a meta atuarial, como se demonstrará no Relatório que ora apresentamos.

Gestão Previdencial

Em 2011, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 31,1 milhões para 381 grupos familiares, com uma população amparada de 2.096 pessoas, entre participantes e beneficiários.

O Plano de Benefícios I pagou R\$ 31,0 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 12,2 milhões, 39,5% daquele montante. Apesar do contínuo crescimento do número de participantes assistidos em relação ao total de participantes do PB I, a entrada de participantes em benefício ficou aquém do esperado, pois um número elevado de funcionários do BRDE preferiu permanecer em atividade, mesmo tendo se aposentado pela previdência oficial. Ainda assim, no final de 2011, os participantes assistidos no Plano de Benefícios I representavam 63,2% do total de participantes do Plano, atestando o seu estágio de maturidade. As receitas oriundas das contribuições, representando cerca de 40% dos compromissos pagos, reafirmam a importância de se alcançar, de forma consistente, a meta atuarial das aplicações dos recursos garantidores das reservas matemáticas (INPC + 5,75% a.a.). Ademais, as contribuições dos assistidos, somadas à contrapartida paritária do Patrocinador, ao alcançar mais de 55% das receitas de contribuições, são indispensáveis à solvência do Plano de Benefícios I.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, fundamentais para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 247 participantes, correspondente a uma adesão de 83,1% dos funcionários admitidos nas patrocinadoras após 2001. O Plano alcançou a adesão de 88,5% dos

técnicos e de 65,7% do pessoal administrativo. Já as contribuições ao Plano atingiram o montante de R\$ 3,2 milhões, com um crescimento de 18,3% sobre o ano anterior.

Destaca-se por fim, a aprovação, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, das alterações no Regulamento do Plano de Benefícios II, conforme Portaria nº 434, publicada no Diário Oficial da União em 08 de agosto de 2011.

As alterações aprovadas foram fundamentalmente:

- a. regulamentar a Portabilidade de recursos de outros Planos para o Plano de Benefícios II;
- b. estabelecer a possibilidade de serem efetuadas “contribuições extraordinárias”, a serem vertidas somente na hipótese de eventual ocorrência de déficit no Plano.
- c. dar maior flexibilidade para alteração dos níveis de contribuições, que passou a poder ser efetuada a qualquer tempo;
- d. explicitar a necessidade de homologação dos Fatores de Conversão das Rendas (fator que define o valor do benefício vitalício) pelo Conselho Deliberativo;
- e. possibilitar a opção pela renda sem reversão de pensão, o que aumenta o benefício a ser recebido, ao Participante que, na data da aposentadoria, não possui beneficiário;
- f. redefinir o Fundo de Oscilações de Riscos, que passa a se chamar Fundo de Variações Atuariais, para adequação à legislação atual;
- g. especificar a destinação das contas individuais nas hipóteses de invalidez ou de óbito do participante; e
- h. efetuar ajustes de redação para melhor clareza e entendimento do Regulamento.

Agradecimentos

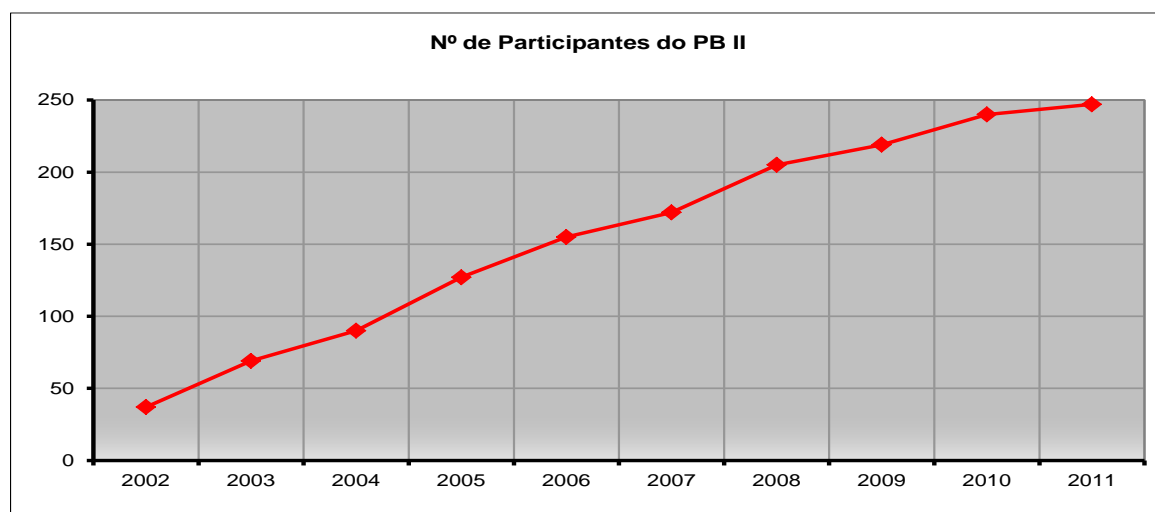
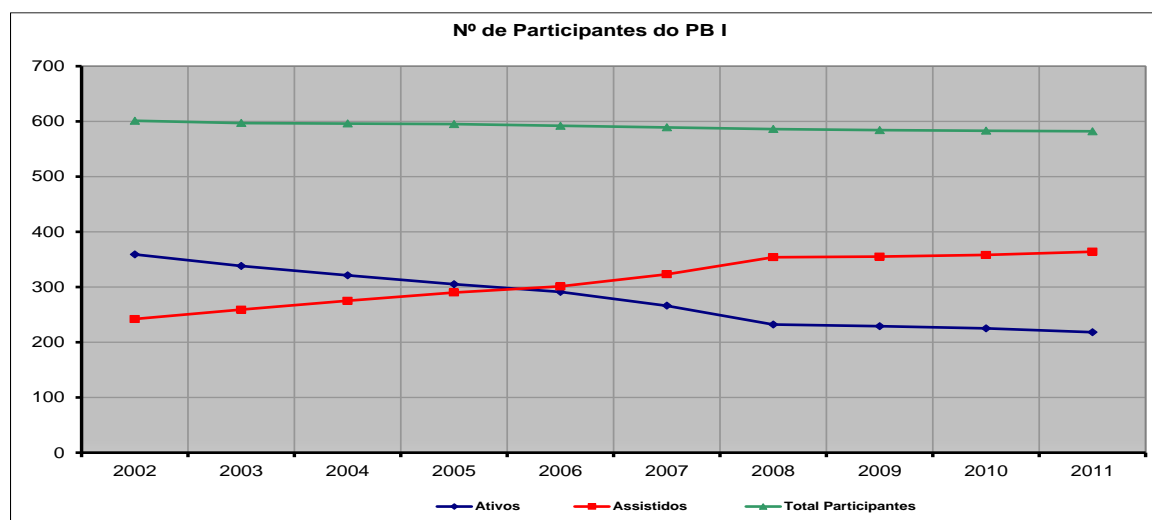
Finalizando, a Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança, e a orientação sempre segura e esclarecida dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e dos membros do Comitê de Investimentos.

Agradece também o indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial, e registra – por último, mas não por menos – seu reconhecimento à dedicação e competência dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelos Planos de Benefícios

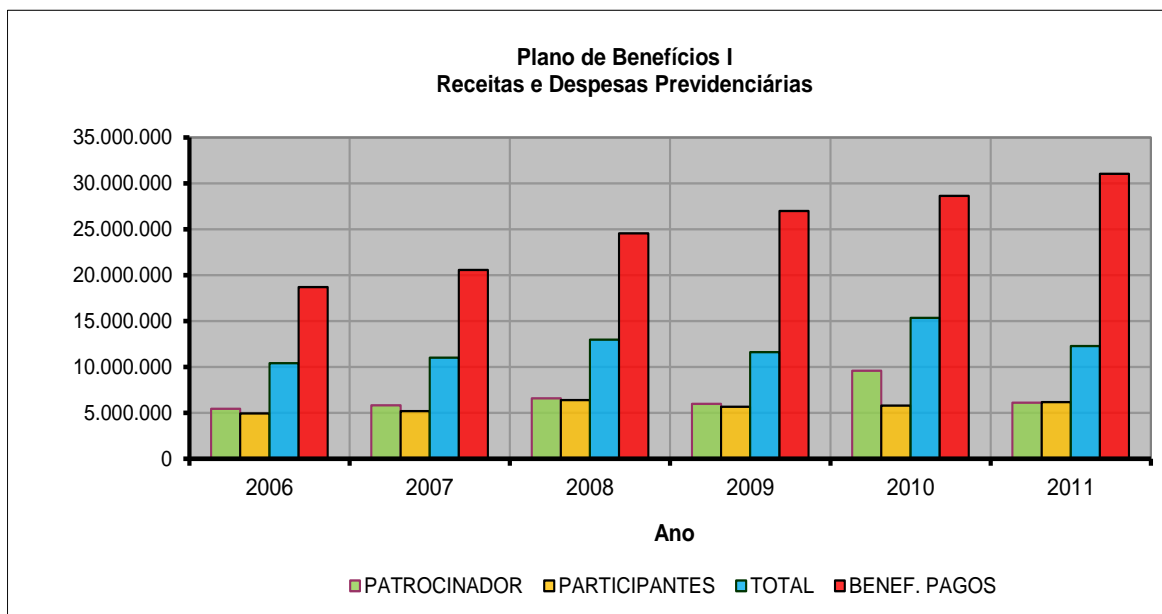
PLANOS	PARTICIPANTES ATIVOS	PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	DEPENDENTES	TOTAL
PB I	218	375	808	1401
PB II	247	6	342	595



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$ 1,00

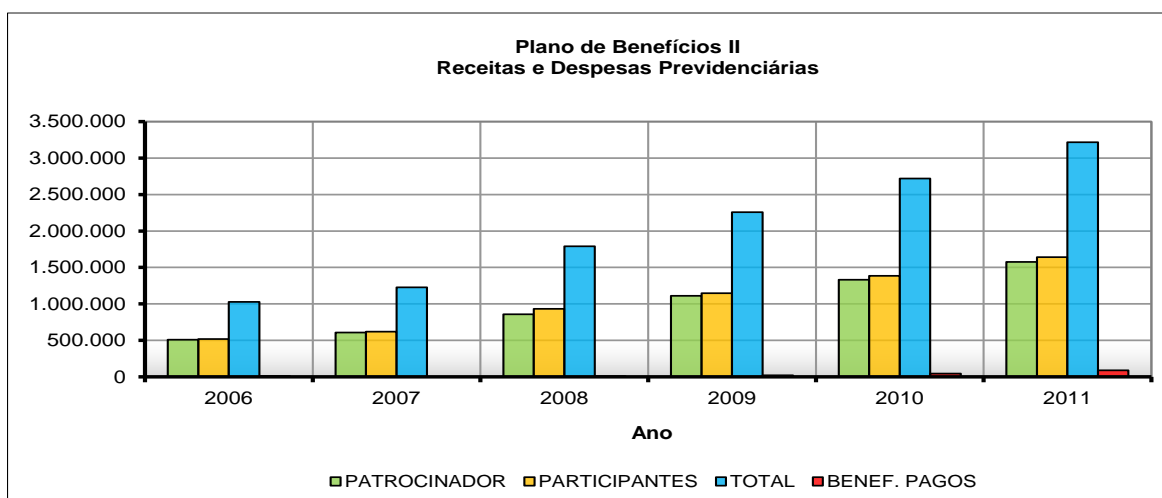
ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			BENEF. PAGOS	RC/DB %
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL		
2006	5.444.400	4.942.200	10.386.600	18.680.600	55,60%
2007	5.828.700	5.186.500	11.015.200	20.561.600	53,57%
2008	6.569.300	6.389.900	12.959.200	24.536.400	52,82%
2009	5.964.600	5.649.600	11.614.200	26.986.800	43,04%
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$ 1,00

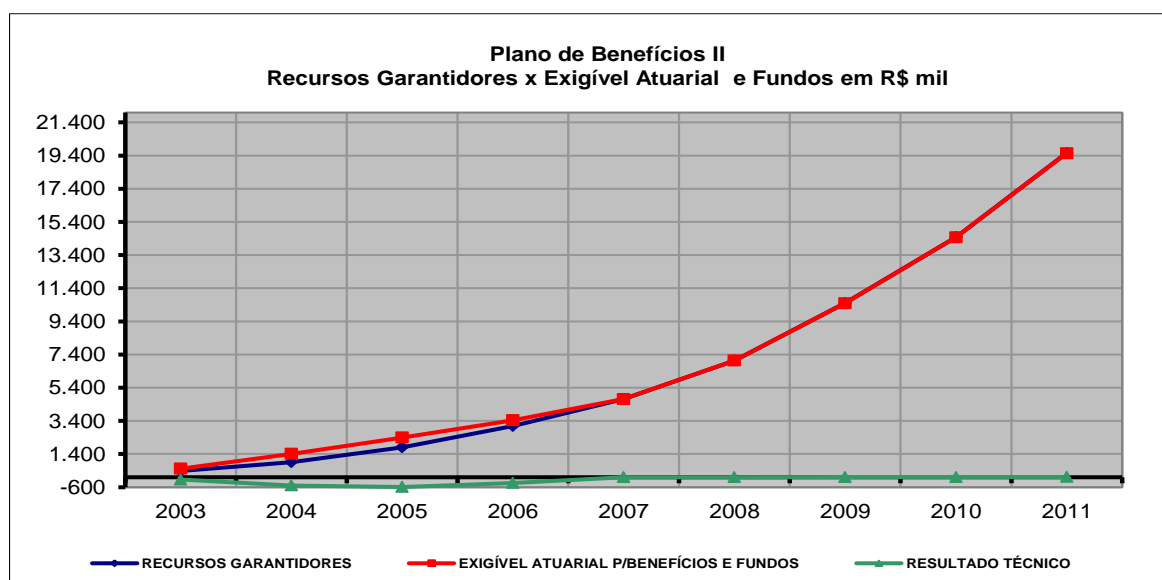
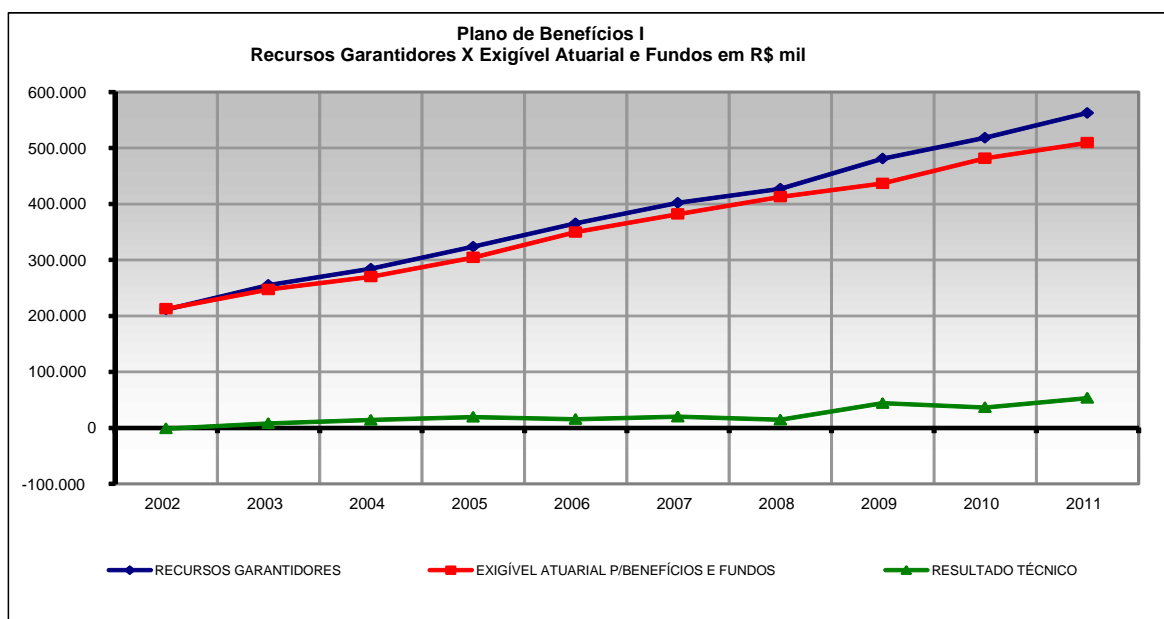
ANO	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL	BENEF. PAGOS
2006	510.500	517.100	1.027.600	12.000
2007	607.100	620.000	1.227.100	0
2008	857.500	932.300	1.789.800	9.196
2009	1.112.500	1.145.900	2.258.400	19.995
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	45.700
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	89.930



Avaliação dos Planos em 31/12/2011

Em R\$ mil

PLANOS	FUNDO GARANTIDOR	PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS	RESULTADO TÉCNICO
PB I	562.836	509.500	53.336
PB II	19.560	19.544	16



Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2011.

DESPESAS			Em R\$
	1º Sem/11	2º Sem/11	Ano
Pessoal e Encargos	756.794,36	822.095,61	1.578.889,97
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	216.555,93	125.367,92	341.923,85
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	87.090,26	86.970,62	174.060,88
Amortizações e Depreciações	14.015,19	15.273,32	29.288,51
Contingencial	69.517,40	79.118,12	148.635,52
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.143.973,14	1.128.825,59	2.272.798,73

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Diretrizes de Gestão dos Investimentos

O mandato de um fundo de pensão consiste em garantir um fluxo de pagamentos de caráter previdenciário (passivo atuarial) que se estende por longo período de tempo, o que torna a gestão dos seus investimentos fundamentalmente diferente daquela aplicável ao patrimônio de um investidor comum.

Este último tipo de investidor comumente toma suas decisões de alocação buscando maximizar a relação risco vs. retorno esperado dos seus investimentos, levando em consideração apenas os ativos e a sua tolerância ou aversão individual a risco. Sua excessiva sensibilidade aos resultados de curto prazo e ênfase na preservação patrimonial limitam sobremaneira seu horizonte de investimento.

Os fundos de pensão, por sua vez, dado que estão expostos a passivos atuariais de longo prazo, apresentam horizonte de investimento também de longo prazo. Assim, devem olhar para a relação que se estabelece entre o retorno esperado do superávit vs. risco do superávit, que é a métrica que melhor sintetiza a relação entre seus ativos e suas obrigações previdenciárias.

Com o intuito de fazer frente aos seus compromissos atuariais, esses investidores institucionais devem constituir recursos garantidores a partir das contribuições e do resultado dos seus investimentos. Nesse contexto, a necessidade de capitalizar (acumular) os recursos garantidores a uma taxa de juros real acrescida de inflação expõe o passivo dos planos que administram às variações dos retornos reais de mercado e às variações da taxa de inflação.

Como decorrência, entende-se, portanto, que, na presença de risco de taxas de juros reais e de risco de inflação, os investidores de longo prazo devem alocar uma fração relevante da sua riqueza em ativos protegidos da inflação à medida que se tornam mais conservadores. Isso implica em priorizar ativos altamente correlacionados com os seus passivos, como as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), cuja curva de juros pode ser entendida como uma boa referência para a taxa livre de risco de investidores com horizontes de investimento de longo prazo.

Nesse sentido, para um fundo de pensão, a alocação de seus recursos de investimento em uma carteira composta por títulos indexados à inflação, cuja sensibilidade à taxa de juros (*duration*) seja semelhante ao do passivo do plano de benefícios que administra, teria por efeito imunizar esse plano da exposição aos principais fatores de risco que o afetam.

Oportuno observar que, mesmo que negociados com taxas abaixo do mínimo atuarial, a compra de títulos indexados à inflação faz todo sentido para a proteção do passivo de um fundo de pensão. A diferença de remuneração, se existente, deve ser buscada em outras classes de ativos, conhecidos como ativos geradores de retornos, como aqueles classificados nos segmentos de renda variável e de investimentos estruturados, dentre outros. Esses ativos, embora menos correlacionados com o passivo, apresentam retornos superiores ao dos títulos indexados à inflação no médio e longo prazo, horizontes de investimento esses compatíveis com compromissos atuariais dos fundos de pensão.

A partir dessa visão, o ISBRE desenvolveu uma modelagem (teórica e quantitativa) de gestão integrada de ativos e passivos (*Asset Liability Management – ALM*) para de auxiliar na definição da gestão estratégica dos seus recursos de investimento. Os desvios em relação à alocação estratégica são realizados a partir do permanente acompanhamento das condições macroeconômicas e de mercado. Também é continuamente monitorada a exposição do portfólio a riscos financeiros (de crédito, de mercado e de liquidez).

Distribuição dos Investimentos por Plano de Benefícios e Segmentos de Aplicação

(Em %)

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I			
	JUNHO/11	DEZEMBRO/11	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	87,37	88,01	100	100
RENDA VARIÁVEL	4,37	3,75	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,43	4,51	12	20
IMÓVEIS	2,64	2,55	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1,19	1,19	3	15

(Em %)

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II			
	JUNHO/11	DEZEMBRO/11	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	83,04	83,86	100	100
RENDA VARIÁVEL	4,15	3,57	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,21	4,29	12	20
IMÓVEIS	2,51	2,43	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	6,09	5,85	15	15

(Em %)

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA -PGA			
	JUNHO/11	DEZEMBRO/11	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	88,42	89,07	100	100
RENDA VARIÁVEL	4,42	3,79	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,49	4,56	12	20
IMÓVEIS	2,67	2,58	4	8

Na gestão dos investimentos da Fundação é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial, observados, contudo, os limites legais. No ano de 2011, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Composição da Carteira em Mercado

Em 30.12.2011, a Fundação contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

CARTEIRA EM MERCADO	Valores (Em R\$)	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA	513.862.822,27	90,60
Fundos de Renda Fixa	104.586.118,74	18,44
FI Minuano Renda Fixa	104.586.118,74	18,44
Fundo Multimercado sem Renda Variável	180.393.216,05	31,81
Banrisul Guarani FI Multimercado	180.393.216,05	31,81
Fundos Multimercado com Renda Variável	228.883.487,48	40,36
Credit Suisse Guaianás FIM	74.682.461,70	13,17
BBM Charrua FI Multimercado	154.201.025,78	27,19
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	21.135.472,83	3,73
Fundos de Investimento em Ações – FIAS	21.135.472,83	3,73
RB Fundamental FIAs	2.769.699,29	0,49
Fundo GAP Ações FIA	12.220.657,51	2,15
BBM Smid Caps FICFIA	6.145.116,03	1,08
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	32.150.307,79	5,67
Fundos de Investimentos em Cotas FI	30.070.249,55	5,30
BBM Aymoré FICFI	30.070.249,55	5,30
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	2.080.058,24	0,37
Rio Bravo Energia I - FIP	2.080.058,24	0,37
TOTAL DE ATIVOS DA CARTEIRA EM MERCADO	567.148.602,89	100,00
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-873,07	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA EM MERCADO	567.147.729,82	100,00

Performance dos Investimentos / Rentabilidade Bruta

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano foi de 13,53%, correspondendo a 111,08% da meta atuarial e a 116,64% do CDI do período.

(Em %)

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO
RENDA FIXA	4,61	15,01
RENDA VARIÁVEL	-3,75	-11,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,96	10,00
IMÓVEIS	5,41	14,46
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	8,52	14,82
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	15,88	17,06
TOTAL	4,28	13,53

Resultados Acumulados em 2011: INPC: 6,08%; INPC+5,75: 12,18%; CDI: 11,60%; IBrX: -11,39%; IMA-B: 15,11%.

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi de **13,57%**, correspondendo a 111,41% da meta atuarial e a 116,98% do CDI do período.

(Em %)

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO
RENDA FIXA	4,61	15,01
RENDA VARIÁVEL	-3,75	-11,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,96	10,00
IMÓVEIS	5,41	14,46
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	8,39	14,61
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	15,88	17,06
TOTAL	4,47	13,57

Resultados Acumulados em 2011: INPC: 6,08%; INPC+5,75: 12,18%; CDI: 11,60%; IBrX: -11,39%; IMA-B: 15,11%.

O diferencial de rentabilidade entre o PB I e o PB II decorre da diferença de participação do segmento de empréstimos a participantes – objeto de segregação real, na forma da regulamentação em vigor – no ativo de cada Plano, bem como dos seus diferenciais de retornos.

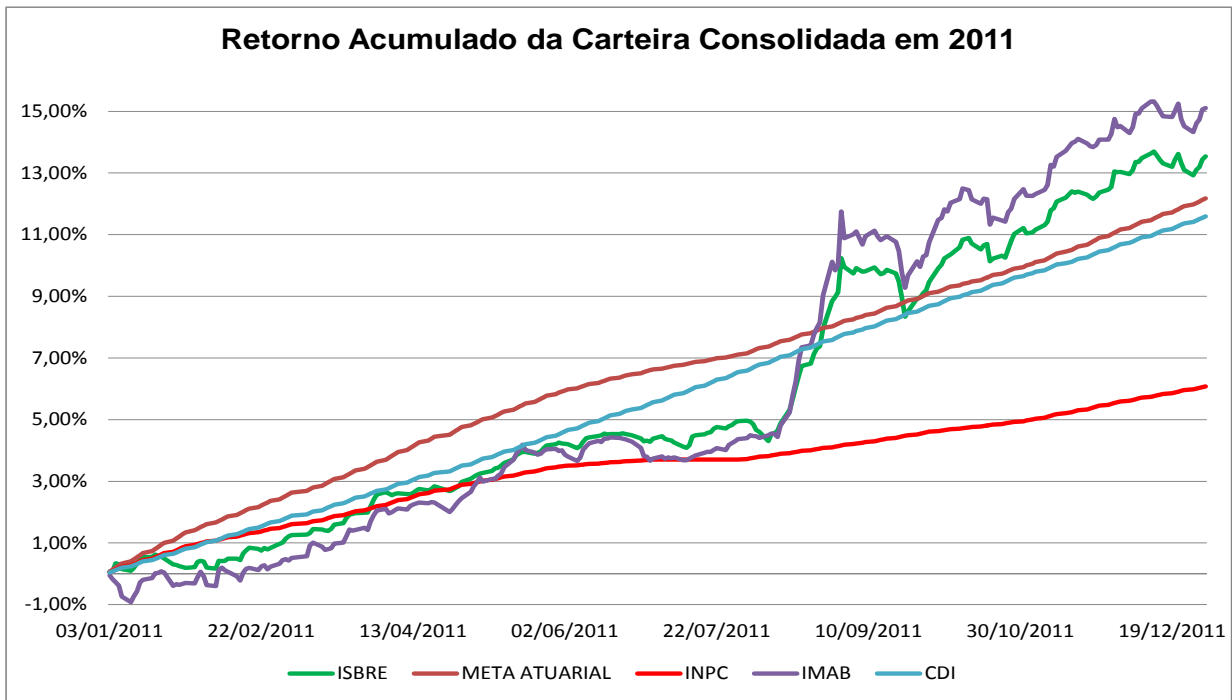
A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de **13,52%**, correspondendo a 111,00% da meta atuarial e a 116,55% do CDI do período.

(Em %)

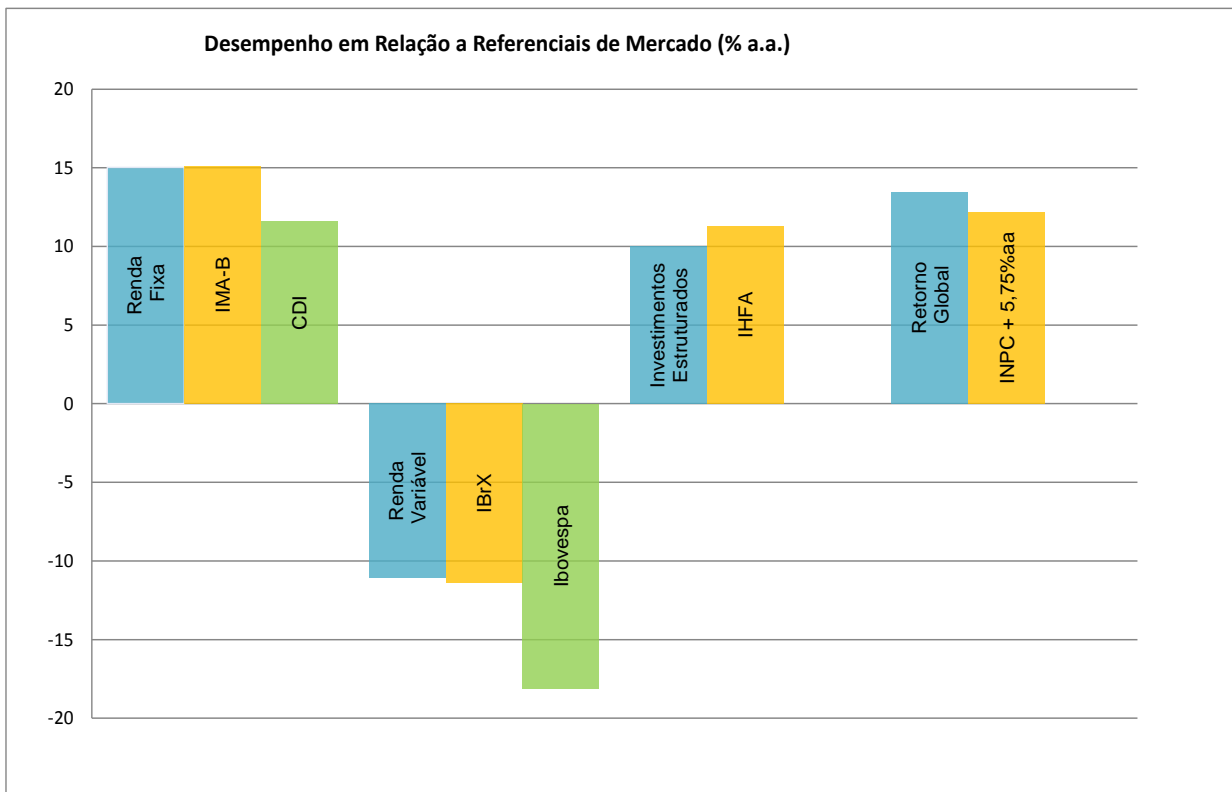
SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO
RENDA FIXA	4,61	15,01
RENDA VARIÁVEL	-3,75	-11,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,96	10,00
IMÓVEIS	5,41	14,46
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	15,88	17,06
TOTAL	4,23	13,52

Resultados Acumulados em 2011: INPC: 6,08%; INPC+5,75: 12,18%; CDI: 11,60%; IBrX: -11,39%; IMA-B: 15,11%.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do retorno acumulado da carteira consolidada do ISBRE em 2011.



Quando comparado com os referenciais de mercado tem-se os seguintes desempenhos por segmento de aplicação em mercado.



O risco de mercado, medido pelo método do VaR, representa a desvalorização potencial de uma carteira de ativos financeiros, considerando-se um dado nível de confiança estatístico e um determinado período de tempo. Em 30.12.2011, a exposição da carteira de ativos em mercado do ISBRE apresentava a exposição a risco de mercado evidenciado na tabela a seguir.

FUNDOS	VaR MÉDIO 2011 ¹	PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA CARTEIRA EM MERCADO	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA PARA O RISCO TOTAL ²
FI Banrisul Guarani Multimercado	0,35%	32,12%	32,97%
BBM Charrua FI Multimercado	0,35%	26,83%	28,29%
FI Minuano Renda Fixa	0,37%	18,51%	20,57%
BBM Aymoré FICFI Multimercado	0,21%	5,30%	2,04%
Credit Suisse Guaianás FI Multimercado	0,20%	13,17%	6,28%
RB Fundamental FI em Ações	2,14%	0,55%	1,30%
Fundo Gap Ações FIA	2,00%	2,18%	5,19%
Quest Ações Institucional FICFIA (Resgate 11/11)	2,02%	1,16%	2,94%
BBM Smid Caps FICFIA (Aplicação 11/11)	1,82%	0,18%	0,42%
	0,41%	100%	100%

(1) O VaR Médio foi calculado a partir das posições de final de mês do ano de 2011, considerando-se o horizonte de tempo de 1 dia útil, com nível de confiança de 95% (ou seja, há apenas 5% de chance de que a desvalorização seja maior do que a calculada). (2) Contribuição calculada pelo VaR marginal de cada segmento, que considera as correlações entre os diferentes ativos que compõem as carteiras.

Despesas com a Administração dos Recursos

A Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos:

	Em R\$		
(Em R\$) DESPESAS	1º Sem/11	2º Sem/11	Ano
Pessoal e Encargos	748.147,10	808.176,12	1.556.323,22
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	88.248,18	110.986,27	199.234,45
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	109.725,80	99.014,45	208.740,25
Amortizações e Depreciações	14.015,21	15.273,31	29.288,52
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	960.136,29	1.033.450,15	1.993.586,44
B) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor médio no período)	545.462.630,26	582.395.921,74	563.929.276,00
C) Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,18%	0,18%	0,35%

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício, equivalente a 0,757% do patrimônio médio sob gestão.

Política de Investimentos para 2012

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e sob a competente supervisão do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 15 de dezembro de 2011 e divulgada aos Participantes na área reservada do portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2012, a seguir sumarizada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	78,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	1,50%
Investimentos no Exterior	–	0%	0,00%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	72,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	7,50%
Investimentos no Exterior	–	0%	0,00%

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	79,50%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Investimentos no Exterior	–	0%	0,00%

Na composição das carteiras dos Fundos Exclusivos serão observados os seguintes limites de diversificação na alocação de ativos.

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

RATING MÍNIMO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior Nota 4	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior Nota 4
DISPONÍVEL	25	81	EXIGÍVEL OPERACIONAL	917	864
REALIZÁVEL	593.024	541.750	Gestão Previdencial	456	420
Gestão Previdencial	1.998	2.440	Gestão Administrativa	452	441
Gestão Administrativa	803	678	Investimentos	9	3
Investimentos	590.223	538.632	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9.886	8.267
Ações	218	190	Gestão Previdencial	9.127	7.657
Fundos de Investimento	567.149	517.142	Gestão Administrativa	759	610
Investimentos Imobiliários	15.007	14.321	PATRIMÔNIO SOCIAL	582.396	532.849
Empréstimos	7.849	6.979	Patrimônio de Cobertura do Plano	572.753	522.591
PERMANENTE	150	149	Provisões Matemáticas	519.401	485.955
Imobilizado	79	57	Benefícios Concedidos	315.778	292.318
Intangível	50	52	Benefícios a Conceder	203.623	193.637
Diferido	21	40	Equilíbrio do Plano	53.352	36.636
			Resultados Realizados	53.352	36.636
			Superávit Técnico Acumulado	53.352	36.636
			Fundos	9.643	10.258
			Fundo Previdencial	6.806	6.352
			Fundo Administrativo	2.837	3.906
TOTAL DO ATIVO	593.199	541.980	TOTAL DO PASSIVO	593.199	541.980

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

	Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Patrimônio Social - Início do Exercício	532.849	491.592	8,39
	1. Adições	86.961	82.464	5,45
(+)	Contribuições Previdenciais	14.416	16.743	(13,90)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	69.348	58.959	17,62
(+)	Receitas Administrativas	2.767	6.016	(54,01)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	430	746	(42,36)
	2. Destinações	(37.414)	(41.207)	(9,20)
(-)	Benefícios	(31.232)	(28.704)	8,81
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.916)	(1.489)	28,68
(-)	Despesas Administrativas	(4.118)	(10.692)	(61,49)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(148)	(322)	(54,04)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	49.547	41.257	20,09
(+/-)	Provisões Matemáticas	33.447	52.807	(36,66)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	16.716	(7.525)	(322,14)
(+/-)	Fundos Previdenciais	453	227	99,56
(+/-)	Fundos Administrativos	(1.069)	(4.252)	(74,86)
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	582.396	532.849	9,30

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

	Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	515.926	474.447	8,74
	1. Adições	79.679	72.923	9,26
(+)	Contribuições Previdenciais	12.320	15.350	(19,74)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.359	57.573	17,00
	2. Destinações	(34.077)	(31.444)	8,37
(-)	Benefícios	(31.040)	(28.626)	8,43
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.916)	(1.489)	28,68
(-)	Custeio Administrativo	(1.121)	(1.329)	(15,65)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	45.602	41.479	9,94
(+/-)	Provisões Matemáticas	28.913	49.149	(41,17)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(24)	(145)	(83,45)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	16.713	(7.525)	(322,10)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	561.528	515.926	8,84
	C) Fundos não Previdenciais	1.308	2.441	(46,42)
(+/-)	Fundo Administrativo	1.308	2.441	(46,42)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

Descrição	Exercício	Exercício	Variação
	Atual	Anterior	%
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	13.017	8.987	44,84
1. Adições	5.207	4.108	26,75
(+) Contribuições Previdenciais	3.218	2.722	18,22
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.989	1.386	43,51
2. Destinações	(193)	(78)	147,44
(-) Benefícios	(193)	(78)	147,44
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.014	4.030	24,42
(+/-) Provisões Matemáticas	4.533	3.658	23,92
(+/-) Fundos Previdenciais	477	372	28,23
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	18.031	13.017	38,52
C) Fundos não Previdenciais	1.529	1.465	4,37
(+/-) Fundo Administrativo	1.529	1.465	4,37

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

Descrição	Exercício	Exercício	Variação
	Atual	Anterior Nota 4	%
1. Ativos	572.427	526.447	8,73
Disponível	24	78	(69,23)
Recebível	3.306	4.881	(32,27)
Investimento	<u>569.097</u>	<u>521.488</u>	9,13
Ações	211	184	14,67
Fundos de Investimento	547.602	501.315	9,23
Investimentos Imobiliários	14.490	13.883	4,37
Empréstimos	6.794	6.106	11,27
2. Obrigações	9.591	8.080	18,70
Operacional	464	422	9,95
Contingencial	9.127	7.658	19,18
3. Fundos não Previdenciais	1.308	2.441	(46,42)
Fundo Administrativo	1.308	2.441	(46,42)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	561.528	515.926	8,84
Provisões Matemáticas	503.265	474.351	6,10
Superávit/Déficit Técnico	53.336	36.624	45,63
Fundos Previdenciais	4.927	4.951	(0,48)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	19.562	14.483	35,07
Disponível	1	2	(50,00)
Recebível	1.529	1.466	4,30
Investimento	18.032	13.015	38,55
Ações	6	4	50,00
Fundos de Investimento	16.533	11.811	39,98
Investimentos Imobiliários	438	327	33,94
Empréstimos	1.055	873	20,85
2. Obrigações	1	1	-
Operacional	1	1	-
3. Fundos não Previdenciais	1.529	1.465	4,37
Fundo Administrativo	1.529	1.465	4,37
4. Ativo Líquido (1-2-3)	18.032	13.017	38,53
Provisões Matemáticas	16.137	11.604	39,06
Superávit/Déficit Técnico	16	12	33,33
Fundos Previdenciais	1.879	1.401	34,12

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.906	8.158	(52,12)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.197	6.762	(52,72)
1.1. Receitas	3.197	6.762	(52,72)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.121	1.329	(15,65)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.646	4.687	(64,88)
Resultado Positivo dos Investimentos	430	746	(42,36)
2. Despesas Administrativas	4.266	11.014	(61,27)
2.1. Administração Previdencial	2.273	5.748	(60,46)
Pessoal e Encargos	1.579	4.965	(68,20)
Treinamentos/Congressos e Seminários	12	12	-
Viagens e Estadias	15	17	(11,76)
Serviços de Terceiros	342	293	16,72
Despesas Gerais	147	114	28,95
Depreciações e Amortizações	29	25	16,00
Contingências	149	322	(53,73)
2.2. Administração dos Investimentos	1.993	5.266	(62,15)
Pessoal e Encargos	1.556	4.937	(68,48)
Treinamentos/Congressos e Seminários	32	8	300,00
Viagens e Estadias	20	12	66,67
Serviços de Terceiros	199	163	22,09
Despesas Gerais	157	121	29,75
Depreciações e Amortizações	29	25	16,00
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(1.069)	(4.252)	(74,86)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(1.069)	(4.252)	(74,86)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.837	3.906	(27,37)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	556.601	510.975	8,93
1. Provisões Matemáticas	503.265	474.351	6,10
1.1. Benefícios Concedidos	315.504	292.055	8,03
Benefício Definido	315.504	292.055	8,03
1.2. Benefício a Conceder	187.761	182.296	3,00
Benefício Definido	187.761	182.296	3,00
2. Equilíbrio Técnico	53.336	36.624	45,63
2.1. Resultados Realizados	53.336	36.624	45,63
Superávit técnico acumulado	53.336	36.624	45,63

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	16.153	11.616	39,06
1. Provisões Matemáticas	16.137	11.604	39,06
1.1. Benefícios Concedidos	275	263	4,56
Benefício Definido	275	263	4,56
1.2. Benefício a Conceder	15.862	11.341	39,86
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	6.693	4.735	41,35
Saldo de contas - parcela participantes	9.169	6.606	38,80
2. Equilíbrio Técnico	16	12	33,33
2.1. Resultados Realizados	16	12	33,33
Superávit técnico acumulado	16	12	33,33

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Em 31 de dezembro de 2011, o Plano de Benefícios I possui 217 Participantes Ativos (2010: 225) e 364 (2010: 358) Participantes Assistidos e o Plano de Benefícios II é integrado por 247 (2010: 240) Participantes Ativos e 4 (2010: 3) Participantes Assistidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CNPC nº. 8, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada (em substituição à Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL Consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios previdencial.

A Resolução CNPC nº 8, alterou os demonstrativos: Balanço Patrimonial Consolidado, que passou a registrar os Depósitos Judiciais e Recursais no Ativo Realizável (antes registrados no Passivo Exigível Contingencial) e a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada, que foi substituída pela Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS Consolida. Para poder apresentar os Demonstrativos 2011 e 2010 em comparação, foi realizada uma adequa o nas demonstrações de 2010 com a mesma legisla o aplicada no exercício de 2011.

2.1 Consolida o das Demonstra es

As demonstra es contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolida o, emanados da legisla o societária brasileira e em atendimento a Resolu o CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

No processo de consolida o das demonstra es contábeis do **ISBRE** foram realizadas as seguintes elimina es no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gest�o administrativa - participa�o no PGA	1.308	1.529	(2.837)
	1.308	1.529	(2.837)
Passivo			
Fundos - participa�o no fundo administrativo	(1.308)	(1.529)	2.837
	(1.308)	(1.529)	2.837

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realiza o e incluem, quando aplicável, as varia es monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolu o CGPC n  4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolu o CGPC n  22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avalia o contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a inten o de negocia o da administra o na data da aquisi o, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negocia o - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisi o, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as a es não resgatáveis, para os quais haja a inten o e a capacidade financeira para sua manuten o até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisi o, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são demonstrados ao custo de aquisi o acrescidos de reavalia o, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear por taxas estabelecidas pelos devidos laudos de avalia o em fun o do tempo de vida útil remanescente dos imóveis.

c) Opera es com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos *softwares*, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos imputados pelas referidas taxas e o dispêndio efetivo.

3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzidas as despesas administrativas de gestão de investimentos e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzidas do custo da administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE

4.1 RECLASSIFICAÇÕES

Com a publicação da Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 que revogou a Resolução CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC n.º 1, de 3 de março de 2011, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar passaram a reconhecer em seus balanços os

Depósitos Judiciais / Recursais como item do Ativo (conforme nota n.º 13), bem como passou a utilizar alguns demonstrativos em formatação diferente aos apresentados no exercício anterior (conforme nota n.º 2). Apresentamos a seguir as rubricas e os principais saldos dos demonstrativos publicados em 31 de dezembro de 2010 que sofreram alterações, adequando-os à legislação aplicada no exercício de 2011, para fins de comparabilidade:

a) Balanço Patrimonial Consolidado

	Em milhares de reais		
	2010 - Publicado	Reclassificações efetuadas	2010 - Ajustado
Ativo	539.033	2.947	541.980
Realizável	538.803	2.947	541.750
Gestão Previdencial	90	2.350	2.440
Gestão Administrativa	81	597	678
Passivo	539.033	2.947	541.980
Exigível Contingencial	5.320	2.947	8.267
Gestão Previdencial	5.307	2.350	7.657
Gestão Administrativa	13	597	610

b) Demonstração do Ativo Líquido – DAL – PB I

Descrição	Em milhares de reais		
	2010 - Publicado	Reclassificações efetuadas	2010 - Ajustado
1. Ativos			
Recebível	2.531	2.107	4.638
2. Obrigações			
Contingencial	5.308	2.107	7.415

5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2011	2010
Déficit Contratado	-	90
Depósitos Judiciais / Recursais	1.998	-
	1.998	90

Para atender o que estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, os Depósitos Judiciais e Recursais antes registrados no Passivo Exigível Contingencial durante o exercício foram transferidos para o Ativo Realizável Gestão Previdencial.

6. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2011	2010
Créditos Privados e Depósitos		
CDB	1.728	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	218	190
	218	190
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	104.586	95.065
Ações	21.136	23.618
Multimercado	439.347	397.668

Participações	2.080	791
	567.149	517.142
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	3.075	3.145
Edificações Locadas a Terceiros	1.341	885
	4.416	4.030
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	9.442	9.142
Outros Investimentos Imobiliários	1.149	1.149
	15.007	14.321
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	7.849	6.979
	7.849	6.979
	590.223	538.632

O atual Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos ativos, pela elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

6.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

6.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

6.3 Fundos de Investimentos

6.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2011	2010
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
FI Minuano Renda Fixa	Votorantim Asset Management	104.586	95.065
		104.586	95.065
Multimercado			
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	30.070	27.234
Credit Suisse Guaianás FIM	Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil Ltda	74.683	66.932
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul S.A.	180.393	167.958
BBM FI Charrua Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	154.201	135.544
		439.347	397.668
Fundos Abertos			
Ações			
RB Fundamental FIA	Fundamental Investimentos Ltda	2.770	3.310
GAP Ações FIA	GAP Prudencial LT Gestão de Recursos Ltda	12.221	12.164

Quest Ações Institucional FIA	Quest Investimentos Ltda	-	8,144
BBM Smid Caps FIC FA	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	6.145	-
		<u>21.136</u>	<u>23.618</u>
Participações			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Fundamental Investimentos Ltda	2.080	791
		<u>2.080</u>	<u>791</u>
		<u>567.149</u>	<u>517.142</u>

6.3.2 Classificação dos Valores em Mercado

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os valores em mercado do ISBRE em 31 de dezembro de 2011 são classificados de acordo com os prazos de vencimentos demonstrados abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	12.677	12.978	até 360 dias
LFT	738	828	acima de 360 dias
NTN-B	328.532	379.799	acima de 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	26.046	26.057	indeterminado
RV do FIM	3.025	6.045	Indeterminado
Fundo de Ações	1.107	1.579	indeterminado
	<u>372.125</u>	<u>427.286</u>	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	78.772	86.634	acima de 360 dias
	<u>78.772</u>	<u>86.634</u>	
(-) Contas a Pagar/Receber		(135)	
Tesouraria		78	
Total Renda Fixa	<u>450.897</u>	<u>513.863</u>	
LFT – Letra Financeira do Tesouro			
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional série B			
FIM c/ RV – Fundo de Investimento Multimercado com Renda Variável			

Durante o exercício de 2011, na forma da Resolução CGPC nº. 15, de 23 de agosto de 2005, houve alienação de títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” realizada simultaneamente à aquisição de novos títulos de mesma natureza, com prazo superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados. Essa operação foi efetivada em leilão de troca realizado pelo Tesouro Nacional em 14 de julho de 2011, envolvendo a venda de 10.000 NTN-B com vencimento em maio de 2015, pelo valor de R\$ 20.263 mil, e a compra de 9.765 NTN-B com vencimento em agosto de 2040, pelo valor de R\$ 20.265 mil. Houve ganho de R\$ 1.375 mil na operação, em razão de que o preço unitário pelo qual estava registrado, na contabilidade do ISBRE, cada papel vendido (“preço de curva”) era inferior ao preço unitário aceito pelo Tesouro Nacional no leilão. O motivo dessa operação foi alongar o *duration* dos ativos do ISBRE, em aderência à estratégia de ALM (Asset Liability Management – gestão integrada de ativos e passivos) da Fundação. Além disso, em 15/05/2011 foram adquiridos 9.799 NTN-Bs e classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. O quadro abaixo demonstra a movimentação desses títulos durante o exercício.

Tipo	Vencimento	Quantidade		Em milhares de reais	
		2011	2010	Valor	
				2011	2010
NTN-B	15/05/2015	-	10.000	-	17.886
NTN-B	15/08/2040	9.765	-	21.587	-
NTN-B	15/05/2045	22.038	22.038	44.355	41.596

NTN-B	15/08/2050	9.799	-	21.587	-
Total		41.602	32.038	87.529	59.482

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 95.042 mil (2010: R\$ 67.050 mil).

6.4 Investimentos Imobiliários

6.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Durante o exercício foram reavaliados os imóveis da Rua Mariante, 288, salas 806,807, 1402 e boxes 2, 3 e 75 – Porto Alegre. As avaliações foram realizadas por empresa especializada, Embraval – Consultora e Engenharia Ltda.

Descrição	Em milhares de reais		
	Valor da Reavaliação	Valor Contábil	Variação
Mariante, 288 – sala 806	90	78	12
Mariante, 288 – sala 807	90	78	12
Mariante, 288 – sala 1402	197	164	33
Mariante, 288 – box 2	25	17	8
Mariante, 288 – box 3	25	17	8
Mariante, 288 – box 75	25	17	8
	452	371	81

Em novembro de 2011, conforme decisão do processo 0401281-20.2007.8.21.0001 da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, foram retomadas por inadimplência do comprador Delmar José Tarrasconi, as salas 201 a 212 e 214 a 224 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre. Estes imóveis foram reavaliados por empresa especializada, Embraval – Consultoria e Engenharia Ltda e o valor de R\$ 398 mil foi registrado nos Investimentos Imobiliários em contrapartida da receita de reavaliações.

6.4.2 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2011	2010
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	9.442	9.142

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos à venda de imóveis a prazo, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2011	2010
Galeria do Rosário – 2º andar (1)	IPTU, Condomínio e Custas Judiciais	(413)	(434)
Vig. José Inácio, 250–2º andar	Saldo do contrato	-	(78)
Av. São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	(626)	(626)
		(1.039)	(1.138)

(1) em cobrança judicial.

Em 08/09/2011, foi recebido através do processo nº 0839231-90.2010.8.21.0001 da 9ª Vara Cível de Porto Alegre, o valor de R\$ 88 mil referente quitação do contrato de compra e venda do imóvel da Rua

Vigário José Inácio, 250 – 2º andar vendido para Ivan Rodrigues da Silva. Com isso foi revertido o valor de R\$ 79 mil referentes Provisão para Perdas na Venda de Imóveis.

6.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2011	2010
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M	10%	1	3
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	13	50
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	48	237
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	693	2.656
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	2.462	4.033
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	4.631	-
		<u>7.848</u>	<u>6.979</u>

7. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação -%a.a.	Em milhares de reais	
		2011	2010
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	16	16
Máquinas e Equipamentos	10%	35	33
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	154	108
Depreciação Acumulada		(128)	(102)
		<u>79</u>	<u>57</u>
Intangível			
Software	20%	67	57
Depreciação		(17)	(5)
		<u>50</u>	<u>52</u>
Diferido			
Software	20%	134	134
Benfeitorias	20%	119	119
Depreciação Acumulada		(232)	(213)
		<u>21</u>	<u>40</u>
		<u>150</u>	<u>149</u>

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

8.1 Gestão Previdencial

Registra o saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício que será recolhido em janeiro de 2012.

8.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2011.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

9.1 Gestão Previdencial

No corrente exercício, as provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas

representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2011	2010
Provável (contabilizada)	9.127	7.657
Possível (não contabilizada)	2.310	2.086
	11.437	9.743

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado de cada ação em 31/12/2011, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, os Depósitos Judiciais e Recursais antes registrados no Passivo Exigível Contingencial durante o exercício foram transferidos para o Ativo Realizável Gestão Previdencial.

9.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 759 mil (2010: R\$ 610 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2011, os valores depositados em juízo somam R\$ 747 mil (2010: R\$ 598 mil). Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, durante o exercício estes valores foram transferidos para o Ativo Realizável Gestão Administrativa.

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

10.1 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda..

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2011	2010
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	277.684	258.276
Encargos Futuros	347.050	323.125
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(34.683)	(32.425)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(34.683)	(32.424)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados -	37.820	33.779
Encargos Futuros	44.084	39.021
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.132)	(2.621)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(3.132)	(2.621)
	315.504	292.055
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização Programada	185.195	179.679
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	231.761	226.409
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(23.283)	(23.365)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(23.283)	(23.365)
Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não Programada	2.566	2.617
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	6.726	6.641
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.080)	(2.012)

Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.080)	(2.012)
	187.761	182.296
	503.265	474.351
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2011	2010
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	275	263
Encargos Futuros	275	263
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	6.693	4.735
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	9.169	6.606
	15.862	11.341
	16.137	11.604
Total Consolidado (PB I + PB II)	519.402	485.955

10.2 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I, em 31 de dezembro de 2011, totalizou R\$ 53.336 mil (2010 R\$ 36.624 mil). O exercício apresentou superávit de R\$ 16.713 mil (2010: déficit de R\$ 7.525 mil). Isso ocorreu, principalmente, pelo bom desempenho dos investimentos, cuja rentabilidade global foi de 13,53%, ou seja, 111,13% do mínimo atuarial.

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou pequeno superávit R\$ 4 mil no exercício.

10.3 Fundos

10.3.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro abaixo demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2011			2010		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	110	110	-	85	85
Benefício de Risco	-	1.769	1.769	-	1.317	1.317
Fundo Previdencial	4.927	-	4.927	4.950	-	4.950
	4.927	1.879	6.806	4.950	1.402	6.352

10.3.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, e pelos rendimentos do Fundo Administrativo. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa com a administração

previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas no Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2011, acumula um saldo de R\$ 1.308 mil (2010: R\$ 2.441 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2011 acumula um saldo de R\$ 1.529 mil (2010: R\$ 1.465 mil).

11. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

- **Pessoal e Encargos**

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- **Despesas Gerais**

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Rateio entre PB I e PB II**

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

12. TRANSFERÊNCIAS

12.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2011, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes para as despesas com a administração previdencial e taxa de administração de 0,30% a.a. para as despesas com a gestão dos investimentos. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, tanto previdencial como de gestão dos investimentos, seria custeada pelo Fundo Administrativo.

Assim, durante o exercício foi transferido do PB I para o PGA, o valor de R\$ 1.121 mil (2009: R\$ 1.329 mil) para custeio das despesas administrativas previdenciais e R\$ 1.646 mil (2009: R\$ 4.686 mil) para o custeio das despesas administrativas com gestão dos investimentos. A diferença entre a despesa administrativa do plano R\$ 4.137 mil (2010: 10.764 mil) e as transferências recebidas pelo PGA R\$ 2.767 (2010: R\$ 6.016 mil) foram suportadas pela reversão do fundo administrativo R\$ 1.134 mil (2010: 4.194 mil) e pelo rendimento deste fundo R\$ 236 mil (2010: 554 mil).

A despesa administrativa total do PB II no valor de R\$ 124 mil (2010: R\$ 242 mil) foi custeada pelo integralmente pelo Fundo Administrativo do plano.

12.2 Fluxos dos Investimentos

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 67.359 mil (2010: 57.573 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 1.989 mil (2010: 1.386 mil) para o Plano de Benefícios II.

12.3 Resultado

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – superávit de R\$ 16.713 mil (2010: déficit de R\$ 7.525 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico.

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou no exercício pequeno superávit de R\$ 4 mil.

13. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios), para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da “Gestão Compartilhada dos Investimentos”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Descrição	2011				Em milhares de reais 2010 (1)			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consoli dado
Ativo								
Disponível	24	1	-	25	78	2	1	81
Realizável	571.095	18.032	3.897	593.024	523.926	13.017	4.807	541.750
Previdencial	1.998	-	-	1.998	2.439	1	-	2.440
Administrativo	-	-	803	803	-	-	678	678
Investimentos	569.097	18.032	3.094	590.223	521.487	13.016	4.129	538.632
Permanente	-	-	150	150	-	-	149	149
	571.119	18.033	4.047	593.199	524.004	13.019	4.957	541.980
Passivo								
Exigível								
Operacional	464	1	451	916	422	1	441	864
Previdencial	456	-	-	456	419	1	-	420
Administrativo	-	-	451	451	-	-	441	441
Investimentos	8	1	-	9	3	-	-	3
Exigível								
Contingencial	9.127	-	759	9.886	7.657	-	610	8.267
Previdencial	9.127	-	-	9.127	7.657	-	-	7.657
Administrativo	-	-	759	759	-	-	610	610
Patrimônio	561.528	18.032	2.837	582.397	515.925	13.018	3.906	532.849
Social								
Patrimônio								
Cobertura	556.601	16.153	-	572.754	510.975	11.616	-	522.591
Plano								
Provisões								
Matemáticas	503.265	16.137	-	519.402	474.351	11.604	-	485.955
Benefícios								
Concedidos	315.504	275	-	315.779	292.055	263	-	292.318
Benefícios a								
Conceder	187.761	15.862	-	203.623	182.296	11.341	-	193.637
Equilíbrio								

Técnico	53.336	16	-	53.352	36.624	12	-	36.636
Fundos	4.927	1.879	2.837	9.643	4.950	1.402	3.906	10.258
Previdencial	4.927	1.879	-	6.806	4.950	1.402	-	6.352
Administrativo	-	-	-	2.837	-	-	-	3.906
PB I	-	-	1.308	-	-	-	2.441	-
PB II	-	-	1.529	-	-	-	1.465	-
	571.119	18.033	4.047	593.199	524.004	13.019	4.957	541.980

(1) Vide nota 4

14. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a PREVIC encaminhou ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI não autorizando o registro contábil.

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Superintendente e
Financeiro
CPF 176.060.390-20

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e
Previdência
CPF 138.654.200-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250-87

Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2011, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2011, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 221 Participantes ativos, sendo 131 do sexo masculino e 90 do sexo feminino; e
- 372 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 268 Aposentados por Tempo de Serviço; 7 Aposentados por Idade; 17 Aposentados por Invalidez e 80 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) atuariais adotadas

- Taxa Real de Juros: 5,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 3.471,17
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,30% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

3.2 Alterações nas hipóteses (premissas) atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em setembro de 2010 (ano base anterior), deve-se registrar que não houve alteração nas hipóteses/premissas atuariais.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2011, mais precisamente na data base de 31/12/2011, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano*: R\$ 556.601.231,18
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:
 1. Benefícios Concedidos R\$ 315.503.724,21
 2. Benefícios a Conceder R\$ 187.761.266,61
- Fundos:
 1. Fundo Previdencial R\$ 4.926.870,28
 2. Fundo Administrativo R\$ 1.307.731,40
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 53.336.240,35 (9,58% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

15. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2011 foi de 13,53%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I deve ser equivalente à variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 5,75 a.a. (Taxa Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,18%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 1,35 ponto percentual (atingimento de 111,13% da meta atuarial). Desta forma, os resultados obtidos se situaram em patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011 as despesas administrativas do Plano de Benefícios I totalizaram R\$ 4.136.922,16, correspondendo ao comprometimento de 0,74% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2011. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do Plano de Benefícios I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

17.FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2011, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.307.731,40. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios I utilize ao longo do ano de 2012 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definida anteriormente.

18.PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2012, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2011, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2011, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467563020/00

Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2011, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2011, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 250 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos (1 pensão concedida).

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de

Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) atuariais adotadas

- Taxa Real de Juros: 5,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 2.884,28
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
 - Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
 - Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.
- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas hipóteses (premissas atuariais)

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em setembro de 2010 (ano base anterior), deve-se registrar que não houve alteração nas hipóteses/premissas atuariais.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2011, mais precisamente na data base de 31/12/2011, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano: ... R\$ 16.152.703,12 *
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:

1. Benefícios Concedidos	R\$ 274.586,97
1.1 Benefícios de Risco	R\$ 274.586,97
2. Benefícios a Conceder	R\$ 15.862.129,71
2.1 Benefícios Programáveis	R\$ 15.862.129,71
- Fundos:

1. Previdencial	R\$ 1.878.610,01
1.1 Fundo de Benefício de Risco	R\$ 1.768.651,11
1.2 Fundo de Variações Atuariais	R\$ 109.958,90
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.528.775,75
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 15.986,43 (0,10% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2011 foi de 13,57%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 5,75 a.a. (Taca Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,18%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 1,39 ponto percentual (atingimento de 111,43% da meta atuarial). Desta forma, os resultados obtidos se situaram em um patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011 as despesas administrativas do Plano de Benefícios II totalizaram R\$ 129.463,01, correspondendo ao comprometimento de 0,80% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2011. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do Plano de Benefícios II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2011, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.528.775,75. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios II utilize em 2012 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2012 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

8. PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2012:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,02% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2011, foi constituído o “Fundo de Variações Atuariais” com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467563020/00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2012.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544
MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do ISBRE em 31.12.2011, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 06 de março de 2012.

AMILCAR SERGIO MÊNICA
Presidente

GILNEI ROBERTO DOS S. VARGAS
Conselheiro

FRANCISCO LUTERO LUEHRING
Conselheiro

RICARDO RIZZI
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 25, item VII, dos Estatutos Sociais, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 06 de março de 2012, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios e a Presta o de Contas do Exercício Social de 2011.

Porto Alegre, 08 de març  de 2012.

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Presidente do Conselho

MAURO ROSITO D' AVILA
Conselheiro

SÉRGIO DARCI IN CIO
Conselheiro

ITAGIBE BARBOSA LOHMANN
Conselheiro

LISIANE M. ASTARITA DE LIMAS
Conselheira